

Tratamento documental: possibilidades de preservação da memória histórica regional – relato de experiência¹

Documental treatment: possibilities of preservation of the regional historical memory - report of experience

Cláudia Jesus Maia²
Filomena Luciene Cordeiro³

Resumo: Resgatar documentos do seu estado de degradação constitui possibilidades de preservar informações para a posteridade. Este artigo visa relatar a experiência do projeto “Tratamento documental do acervo do Fórum Gonçalves Chaves”, desenvolvido na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes, com apoio financeiro da FAPEMIG.

Palavras-chave: Memória. Tratamento Documental. Preservação da Informação.

Abstract: To rescue documents from their degradation condition constitute possibilities to preserve information for the posterity. This article seeks to mention the experience of the project "Documental treatment of the collection of the Fórum Gonçalves Chaves ", developed in the Division of Research and Regional Documentation of Unimontes, with the financial support of FAPEMIG.

Key words: Memory. Documental Treatment. Preservation of Information.

1 Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG – pelo apoio financeiro; aos bolsistas de Iniciação Científica Voluntária, Aparecido Pereira Cardoso, Elaine dos Santos Coelho, Luciene Cordeiro dos Santos e Naasson Ribeiro Santos; e a bolsista de Iniciação Científica-Junior (PRO-BIC-JR) Kamila Rodrigues Silva pela dedicação e trabalho desempenhado.

2 Doutora em História pela UnB. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Unimontes.

3 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora do Departamento De História da Unimontes.

INTRODUÇÃO

Mesmo guardados nos arquivos, os documentos – suporte material da memória – sofrem o desgaste do tempo e a ação da poeira, traças, dentre outros que os deterioram, necessitando a utilização de técnicas que lhes possibilitem maior vida útil. Encontra-se aí a importância do tratamento documental. Conforme sublinha Ingrid Beck (1985), os arquivistas necessitam, por meio de observação e estudos, identificar de forma precisa danos, causas e meios de prevenção de deterioração de documentos, a fim de estabelecer uma política de preservação do acervo documental, conservando-o para a posteridade.

Em Montes Claros, município localizado na região Norte de Minas Gerais, são bastante recentes os esforços de proteção e conservação dos documentos. As poucas iniciativas têm sido levadas adiante por pesquisadores da Universidade Estadual de Montes Claros/ Unimontes com financiamentos da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais/ FAPEMIG. Importa destacar que o tratamento documental objetiva não apenas a preservação e conservação de acervos, mas possibilita a produção de pesquisas e, por consequência a produção de conhecimentos em várias áreas. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o relato de experiência de um dos projetos desenvolvido no âmbito da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional (DPDOR). Esse projeto teve por finalidade a criação de um laboratório de tratamento documental e a utilização dessa técnica como forma de conservação da memória histórica de Montes Claros. Ao mesmo tempo, iniciar novos pesquisadores nessa área, além de oportunizar aos acadêmicos do Curso de História da Unimontes a possibilidade de unir teoria e prática por meio do processo ensino-aprendizagem na DPDOR através da restauração de documentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Memória e documento

O artefato do trabalho dos/as historiadores/as são os vestígios do passado que, apesar do tempo e dos danos chegam até nós, seja através de algum tipo de suporte ou da narrativa oral. Através de tais vestígios interpretamos nossa história e nosso próprio passado, fatos que justificam a importância e a

necessidade de preservação destes suportes, que são ao mesmo tempo matéria-prima do/a historiador/a e memória de um povo.

Nesta acepção, a memória não é a História propriamente dita, mas como salienta Bellotto (2004), um substrato bruto que nos permite coletar cenas, reconformar episódios e construirmos o passado. Para os historiadores, o documento se constitui em um dos principais suportes materiais da memória, pois conforme Lê Goff (2003, p. 536) o documento “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

A ampliação da noção de “fonte histórica”, desde os anos de 1930, pelos historiadores dos Anais, provocou uma grande mudança metodológica na historiografia e rompeu com a idéia de que o documento considerado válido para a História era somente aquele produzido pelo Estado, como acreditavam os positivistas. Nessa perspectiva, a história era percebida como uma mera transcrição dos documentos. Desprezava-se o papel essencial das questões colocadas pelo historiador às suas fontes e louvava-se o apagamento do mesmo historiador por detrás dos textos, “os vestígios deixados pelos pensamentos e os atos de outrora são documentos escritos, testemunhos voluntários (...) não pensam nos documentos não escritos” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 102-103).

Fortemente influenciados pelos pressupostos Rankianos, os historiadores metódicos acreditavam que garantiriam a cientificidade da disciplina histórica observando alguns princípios que dizem respeito à concepção do documento, tais como:

- a história/passado existiria objetivamente e poderia ser captada através dos documentos;
- ao historiador caberia reunir o maior número de documentos, atento à sua autenticidade;
- os fatos deveriam ser extraídos desses documentos, organizados e apresentados numa narrativa que respeitasse sua sequência cronológica e, não haveria a menor necessidade de qualquer reflexão teórica, aliás ela deveria mesmo ser evitada se o objetivo fosse alcançar o conhecimento científico. (BRITO, 2004, p. 2).

Deste modo, a preocupação primeira dos historiadores deveria ser o documento. O ofício do historiador consistia em várias etapas que começavam pelo recolhimento, conservação e classificação do

documento, seguidas de operações analíticas e operações sintéticas.

Essa convicção de que encontrávamos o passado simplesmente indo aos arquivos e folheando documentos tem sido abandonada principalmente a partir das críticas de Michel Foucault ao mostrar que o documento não é o reflexo do acontecimento, mas, uma materialidade construída por camadas sedimentares de interpretações: o documento é pensando por este autor, assim como para Le Goff, como monumento que tem como característica “o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. Assim, os historiadores têm abandonado a crença inocente de que o documento é uma mera transparência da realidade, uma forma de acesso direto aos acontecimentos e pessoas do passado. Tal como o monumento, o documento é tudo aquilo que pode evocar o passado e não o passado propriamente dito, assim o documento-monumento, não é o passado, mas um vestígio, um rastro do passado, e como tal, necessita ser conservado.

Bellotto (2004) sublinha que os documentos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, passam da condição de “arsenal da administração” – neste caso documentos administrativos (produzidos e/ou recebidos por órgãos governamentais, jurídicos, instituições públicas ou privadas, etc.) – para a de “celeiro da história”. Neste sentido, para a autora, os documentos administrativos têm um ciclo vital que compreende três idades. A primeira é a dos arquivos correntes, onde sua utilização está ligada às razões pelas quais foram criados; a segunda, dos arquivos intermediários, é aquela em que, ultrapassado seu prazo de validade corrente devem ainda ser guardados em um arquivo central, pois ainda podem ser utilizados pelo seu produtor esperando a sua eliminação ou a guarda permanente. A terceira

idade do documento, ou seja, a permanente, consiste na fase em que eles devem ser “recolhidos” para sua preservação definitiva após seleção e avaliação de acordo com a legislação vigente de cada país. Nessa última idade ou fase, os documentos são usados com objetivos científico, social e cultural (BELLOTTO, 2004). Eles se tornam patrimônio cultural e suporte material da memória, por isso necessitam de cuidados especiais que lhe permitam maior vida útil.

Historiadores e arquivistas de maneira geral estão convencidos de que os melhores lugares para a preservação da memória, principalmente do documento histórico, ou seja, de caráter permanente são os locais especializados, com arquitetura adequada e pessoal qualificado, é o caso dos Arquivos, Centros de Documentação, Museus e Bibliotecas. Esses órgãos denominados de “documentação” possuem papéis e funções diferenciadas e típicas de cada um.

No Brasil, conforme Fernandes (1993), o discurso preservacionista é bastante recente. Só após o período da Ditadura Militar é que surgiram movimentos preocupados com a preservação, deixando de ser esta uma questão de técnicos passando a ser uma preocupação de toda a sociedade civil e, consequentemente dos setores governamentais – expressa na obrigatoriedade de criação de conselhos municipais e estaduais de gestão do patrimônio público. A própria noção de patrimônio, conforme Fernandes (1993), se ampliou passando a englobar outros valores culturais e não apenas aos bens materiais, selecionadas pelas “autoridades de tutela”, que a antiga noção de “patrimônio histórico e artístico” restringia¹. Assim, o patrimônio cultural passou a ser entendido, conforme conceituação de Maria do Carmo Godoy (apud FERNANDES, 1993, p. 268) como

toda produção humana de ordem emocional, intelectual e bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia.

1 A definição de *Patrimônio Histórico e Artístico* que prevalecia na legislação brasileira era: “Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Fernandes, 1993:267)

No entanto, Cordeiro (2005) salienta que no Brasil, ainda não se tem de forma efetiva e eficiente uma “Política de Gestão de Documentos”, embora a Lei Federal no 8.159 de 08/01/1991, disponha sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Para a autora, não bastam os regulamentos para conscientizar a população e a administração pública e privada sobre a importância da organização e manutenção de acervos arquivísticos, sobretudo os de domínio público. Entre outros, os problemas mais comuns, apontados por ela, referentes à não preservação de bens culturais, especificamente documentais, são: a inexistência ou ineficiência de Políticas de Gestão de Documentos nas Instituições; falta de recursos materiais e humanos; descaso generalizado com documentos de caráter permanente, denominado velho ou antigo; falta de espaço físico para armazenar os documentos; insuficiência de profissionais qualificados e heterogeneidade de normas e procedimentos arquivísticos.

Em Montes Claros, tal preocupação parece ser ainda mais recente fato que se tornou um grande entrave ao desenvolvimento da pesquisa histórica não só no município como em toda região. A iniciativa mais concreta foi levada adiante somente a partir de 1994 com a criação da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional (DPDOR) pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, com objetivo de responsabilizar-se pela guarda e conservação de acervos importantes para a história regional. Essa Divisão é um dos espaços da cidade onde se desenvolve o trabalho de organização e classificação de forma sistemática de documentos de caráter permanente. A partir de 2000, alguns pesquisadores/as do Departamento de História, ligados a grupos de pesquisa, passaram a desenvolver projetos com o apoio financeiro da FAPEMIG, com vistas à organização e a preservação dos acervos através da microfilmagem, da digitalização e do tratamento documental².

2 O primeiro destes projetos, intitulado “Uso da Tecnologia no resgate e preservação do patrimônio histórico-cultural do norte de Minas”, desenvolvido pelo Grupo de pesquisa História em Cena, sob coordenação da professora Márcia Pereira da Silva, organizou e classificou o acervo do Fórum Gonçalves Chaves, microfilmou e digitalizou parte deste acervo.

Mesmo nos arquivos, os documentos estão sujeitos a uma série de agentes agressores. Segundo Ingrid Beck (1985), eles podem ser internos – que abrangem os elementos nocivos provenientes da própria matéria-prima e dos métodos de produção, que determinam, muitas vezes, reações físico-químicas agressivas – ou externos – os que ocorrem a partir do uso e dependem da tinta, do manuseio e da guarda. De modo geral, contribuem para a degradação dos documentos: as altas temperaturas – é o caso do Norte de Minas Gerais – a poluição do ar; os produtos químicos, muitas vezes usados sobre os acervos como inseticidas e fungicidas que podem ser bastante prejudiciais pelas reações desenvolvidas sobre os materiais; o acondicionamento inadequado e o manuseio incorreto devido à falta de higiene das mãos, sem zelo e postura correta; e, por fim, os acidentes com água e fogo. Neste sentido, o Tratamento Documental é uma etapa importante na preservação e conservação dos documentos e consequentemente da memória histórica.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto foi desenvolvido em duas fases distintas. A primeira consistiu no treinamento de bolsistas. A atividade proposta pelo projeto demandava treinamento devido a especialidade da área de conservação e tratamento de documentos. Era necessário unir teoria e prática. Nesse sentido, os bolsistas participaram do curso de “Introdução à conservação e restauração de acervos documentais”. O curso e o trabalho em equipe possibilitaram aos estudantes a apreensão das teorias conceituais que norteiam o tratamento documental, bem como promoção do crescimento profissional, intelectual e pessoal³.

A segunda fase consistiu no tratamento propriamente dito de documentos pertencentes ao acervo do Fórum Gonçalves Chaves. O Fundo “Fórum Gonçalves Chaves” – documentação alvo desse

3 Este projeto possibilitou a criação do Laboratório de tratamento documental, equipado com mesa de sucção, mesa de higienização, freezer horizontal, secadora de papéis, mesa de luz. Possibilitou também agilizar as consultas no DPDOR com a aquisição de uma leitora de microfimes e computador; maior seguranda na guarda dos microfimes com aquisição de arquivos de aço para preservá-los.

Projeto – é constituído de processos crime datados entre os anos de 1828 a 1997, sob custódia da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional, desde setembro de 1999, e foi organizado de acordo com os códigos criminais brasileiros dos períodos imperial e republicano. Devido à forma inadequada da guarda anterior, os documentos encontravam-se bastante deteriorados.

Os documentos selecionados para receber o tratamento já haviam sido microfilmados e digitalizados – trabalho desenvolvido no projeto anterior – e isso facilitou a sua disponibilidade para a restauração. Como a proposta inicial do projeto foi tratar e restaurar 50 dossiês, optou-se por priorizar os processos-crime mais antigos, que datam de 1832 a 1853.

Etapas do tratamento documental e restauração

O papel, segundo Ingrid Beck (1985) envelhece, tornando-se quebradiço, de acordo com os agentes agressores a que esteve exposto.

Em regiões de clima quente, como é o caso de Montes Claros, os documentos sofrem gradativamente o processo de envelhecimento, principalmente os fabricados com fibras de madeira. As altas temperaturas e a umidade, se não controladas no ambiente onde estão guardados os documentos, podem gerar sérios problemas, como a alteração do volume dos materiais e aumento de microrganismos e insetos, que contribuem ainda mais para a destruição de coleções de documentos. A poluição do ar, com seus componentes químicos associados à poeira, causam reações que produzem o ácido sulfúrico, que ataca fortemente as fibras do papel.

Nesse sentido, os documentos que foram restaurados durante a execução do projeto passaram por uma triagem, posteriormente foram detectados os diversos tipos de danos existentes e realizou-se uma avaliação geral do estado de conservação dos mesmos. Esta primeira etapa foi de fundamental importância, pois, a partir dela tomou-se conhecimento dos procedimentos e técnicas que seriam utilizadas para a reparação de todos os tipos de danos encontrados.

No momento do diagnóstico das danificações dos documentos verificou-se também o Ph das folhas de papéis por meio da fita metanassol visando detectar a sua acidez e alertar para medidas de segurança no manuseio, tratamento e guarda. O gráfico abaixo

retrata os danos mais comuns encontrados no acervo:

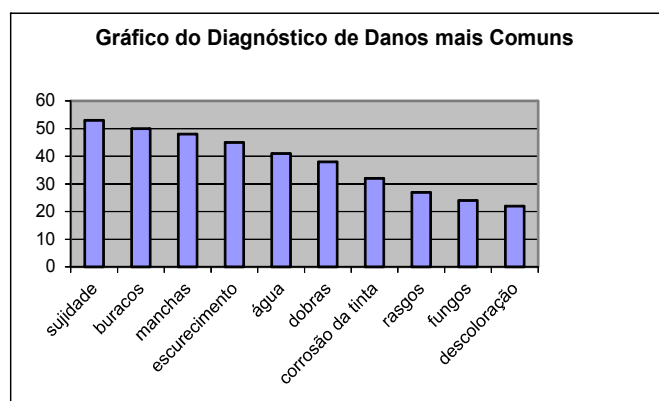


Gráfico 1 Diagnóstico de danos mais comuns nos documentos do acervo do Fórum Gonçalves Chaves de Montes Claros
Fonte: Projeto Tratamento Documental – Unimontes/2004

A segunda etapa tratou da higienização dos documentos. O trabalho de higienização consistiu em limpar os documentos com trincha e/ou pincel com o objetivo de retirar as sujidades concentradas ao longo do tempo em cada página. Utiliza-se a mesa de higienização para execução dessa tarefa. O bisturi e o estilete foram ferramentas úteis na retirada de excrementos de insetos e roedores. Também foram retirados materiais metálicos, encontrados como cliques e grampos, visando proteger o documento de possíveis ferrugens. Além da trincha e do pincel usou-se também o pó de borracha para higienizar os documentos garantindo a retirada de sujidades, sobretudo de poeira adquirida com o tempo, gerando um clareamento do papel.

Na sequência, foram detectados os orifícios minúsculos contidos nas folhas dos documentos por meio da mesa de luz para as intervenções necessárias – terceira etapa. Em seguida, passou-se à quarta etapa: a restauração dos papéis.

Essa etapa demandou tempo e cuidado da pessoa que irá executar a tarefa já detectada na ficha de diagnóstico. Conforme abordagens anteriores, esse momento consiste na intervenção do técnico e/ou pessoa treinada para tal trabalho visando recompor os danos no papel. Para essa tarefa foi utilizado o material próprio, entre ele, papel especial e cola metil-celulose. O trabalho realizado dependeu da deterioração detectada no documento, sendo utilizadas as técnicas da velatura, obturação, remendo e emenda. Durante o exercício desse tratamento foram descobertas novas possibilidades para a reconstrução

das páginas degradadas buscando dar resistência à folha restaurada. O papel cuja borda se mostrava carcomida por sinistros foram tratadas no topo da deterioração com pequenas faixas de papel japonês de menor gramatura. Essa faixa acompanhava o desenho da degradação e com gramatura menor possibilitava a leitura do texto contido no documento. Abaixo dessa faixa de papel era colada outra de maior gramatura com o objetivo de assegurar a resistência do documento, sobretudo no momento de manusear. Após a restauração, o documento foi acondicionado em caixas confeccionadas para esse fim.



Figura 1 Documentos restaurados

FONTE: Projeto Tratamento Documental – Unimontes/2004.

Findado a restauração, os processos ficaram ondulados devido a utilização de material líquido como a cola, por isso foram encaminhados a secadora de papel e, posteriormente, a mesa de sucção para eliminação de manchas, planificação e desacidificação - quinta etapa do processo. Após a planificação, os processos receberam novos folderes, pacotilhas e permaneceram com seus antigos endereços topográficos e notação de arranjo. Nesse processo do tratamento documental havia papéis que apresentavam infestações de fungos e mofos. Para esses casos, os documentos passaram pela refrigeração. Essa etapa consistiu em colocar em um saco plástico o documento, de onde foi retirado todo o ar para acondicioná-los vedados no freezer.

Enfim, todas essas fases e etapas possibilitaram resgatar o documento da possibilidade de perda dando-lhe maior tempo de vida e, conseqüentemente garantindo a preservação da história e da memória local e regional.

CONCLUSÕES

O projeto possibilitou a concretização do processo ensino-aprendizagem, bem como a iniciação científica de estudantes por meio da identificação do estado de degradação e tipo de tratamento demandado pelos documentos do acervo do Fórum Gonçalves Chaves e, assim, torná-los disponíveis, a fim de conservar a história e a memória regional.

O referido projeto conseguiu alcançar as metas propostas, cujos resultados finais foram:

- Conservou a documentação, evitando a sua deteriorização a partir da destruição de sinistros (fungos, bactérias, traças, etc.) por meio da técnica de refrigeração;
- Cinquenta e cinco documentos (processos criminais), inicialmente, tratados e restaurados;
- Capacitação de estudantes para trabalhar com tratamento e restauração de documentos, uma vez que na região não existem profissionais qualificados para estas atividades.
- Aperfeiçoamento do processo de higienização e restauração dos documentos por meio da utilização de técnicas aprimoradas pelo grupo de trabalho.

Além do tratamento dos documentos, o projeto também contribuiu com a aquisição de equipamentos como leitora de microfimes e cofres para guarda de microfimes com recursos destinados para esse fim e possibilitou a criação de um laboratório de tratamento documental. Por fim, o desenvolvimento do projeto contribuiu não apenas do ponto de vista da preservação dos registros da história local e regional, mas também e principalmente foi uma forma de viabilizar as pesquisas de pós-graduação e, especialmente as de Trabalho de Conclusão de Curso e de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

- BECK, I. *Manual de conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça – Arquivo Nacional, 1985.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2 ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983. 219 p.

BRITO, E. Z. C. Em torno da complexidade do campo historiográfico. *Nethistória*. Disponível em: <www.nethistoria.com/impressaotexto.php?tituloid=97>. Acesso em: 14 fev.2004.

CORDEIRO, F. L. *A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros/MG*. Um

estudo de caso. Vassouras, 2005, 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade Severino Sobra.

FOUCAUT, M. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 1-20.

LE GOFF, J. *Documento/monumento*. Campinas: Unicamp, 2003, p.525-541.